

AULA 09 — O marco temporal

ROTEIRO DE AULA · leitura do professor

UC8 – Narrativas de Identidade e Nação · 2^{os} anos A, B, C, D e E · 90 minutos · Prof. Ulysses Cesar

Item	Detalhe
Duração	90 minutos (2 aulas geminadas)
Material	Handout AULA 09 – O marco temporal e versão adaptada
No quadro	Antes da aula, escrever apenas uma palavra: OCUPAM
Objetivo	Que o estudante compreenda o efeito jurídico de uma escolha de tempo verbal em texto normativo e reconheça, na tese do marco temporal, a mesma técnica de 1850
Recolher	Bloco 2 da Aula 08
Formato	Atividade individual
Atenção	Aula de abertura do 4º bimestre — retome a tese do bimestre anterior nos primeiros minutos

COMO USAR ESTE ROTEIRO

Os textos em corpo grande são para ler em voz alta — pode ler literalmente ou parafrasear.

As caixas coloridas NÃO são para ler: são instruções para você.

Os tempos são referência, não obrigação. Se a turma render, aprofunde; se travar, corte pelo que está marcado como opcional ao final.

00 – 12 min · ABERTURA · Uma palavra decide tudo

AÇÃO

Recolha o Bloco 2 da Aula 08 durante a abertura.

Bimestre novo. Antes de começar, uma retomada de trinta segundos: no bimestre passado a gente chegou a uma tese — o símbolo elogia enquanto a norma exclui. Guardem, porque hoje vocês vão ver essa mesma engenharia funcionando num caso que está em disputa agora.

ESCREVA NO QUADRO

Aponte a palavra OCUPAM no quadro.

PERGUNTE À TURMA

Está no presente ou no passado?

PAUSE E ESCUTE

Presente. Deixe alguém dizer.

Presente. Agora eu vou ler para vocês o começo do artigo 231 da Constituição de 1988.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente OCUPAM.

PERGUNTE À TURMA

Reparem no verbo. Por que não está escrito 'ocupavam em 1988'?

PAUSE E ESCUTE

Deixe a pergunta trabalhar. Aqui a turma ainda não vê o tamanho da questão.

Hoje a aula inteira gira em torno disso. Uma disputa que já chegou ao Supremo Tribunal Federal, já produziu lei do Congresso, e ainda não terminou — e o eixo dela é o sentido de uma forma verbal.

Vocês estudam tempo verbal em inglês comigo toda semana. Hoje vocês vão ver por que isso não é chatice de gramática.

12 – 28 min · DIREITOS ORIGINÁRIOS E A TEORIA DO INDIGENATO

AÇÃO

Distribua o handout. Versão adaptada de forma reservada.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: DIREITOS ORIGINÁRIOS

A expressão está no artigo 231, parágrafo primeiro. Originário quer dizer: anterior à origem do próprio Estado brasileiro.

PERGUNTE À TURMA

Se o direito é anterior ao Estado, o que a Constituição está fazendo quando fala dele? Criando ou reconhecendo?

PAUSE E ESCUTE

Deixe alguém formular. A distinção é o ponto da aula.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva em duas colunas: CONSTITUIR (criar do nada) | DECLARAR (reconhecer o que já existia)

A Constituição declara. Ela não é a fonte do direito — ela é o reconhecimento de um direito que já existia. E isso tem consequência prática enorme.

Se o direito é criado pela Constituição, ele começa em 1988. Se o direito é anterior, ele não depende de nenhuma data.

Teoria do indigenato

É como se chama essa construção jurídica no Brasil, e ela é antiga: remonta ao Alvará Régio de 1680, que já reconhecia aos povos originários direito sobre as terras que ocupavam, e foi sistematizada no século vinte pelo jurista João Mendes Júnior.

Ou seja: não é uma invenção de 1988. É uma linha que atravessa o direito brasileiro há mais de trezentos anos.

LIGAÇÃO · AULA 03 · A LEI DE TERRAS VOLTA

Lembrem o que a Lei de Terras de 1850 fez: instituiu que a terra passaria a ser adquirida por compra e exigiu registro. Quem não tinha dinheiro nem letramento nem cartório ficou de fora — inclusive povos que estavam ali há séculos. A Lei de Terras tratou como sem dono o que era ocupado. O artigo 231 faz o movimento contrário: reconhece a ocupação como fonte de direito, independentemente de título.

28 – 42 min · COMO SE DEMARCA UMA TERRA INDÍGENA

Antes da polêmica, o procedimento. Porque muita gente discute demarcação sem saber como ela é feita, e isso é onde nascem os boatos.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva a sequência numerada: 1 ESTUDO · 2 CONTRADITÓRIO · 3 PORTARIA DECLARATÓRIA · 4 DEMARCAÇÃO FÍSICA · 5 HOMOLOGAÇÃO · 6 REGISTRO

Primeiro, estudo técnico feito por equipe multidisciplinar — antropólogo, historiador, cartógrafo, ambientalista. Segundo, contraditório: quem se considera prejudicado apresenta contestação, e ela é analisada.

Terceiro, portaria declaratória do Ministro da Justiça. Quarto, demarcação física, com marcos no terreno. Quinto, homologação por decreto do Presidente da República. Sexto, registro em cartório e na Secretaria de Patrimônio da União.

PERGUNTE À TURMA

Quantas etapas? E quantos poderes e órgãos participam?

PAUSE E ESCUTE

Seis etapas. Ministério, Presidência, FUNAI, cartório — e o Judiciário, se houver ação. Sublinhe: não é uma canetada.

Reparem que o próprio desenho do procedimento já responde a um argumento comum, o de que a demarcação seria arbitrária. Há estudo técnico, há contraditório, há controle judicial, e o processo leva anos — às vezes décadas.

E anotem o que o procedimento produz: ele DECLARA que a terra é tradicionalmente ocupada. Não transforma terra particular em terra indígena — reconhece uma situação que já existia, com efeito retroativo.

42 – 58 min · A TESE DO MARCO TEMPORAL

ESCREVA NO QUADRO

Escreva grande: MARCO TEMPORAL · 5 DE OUTUBRO DE 1988

Agora a tese. Ela sustenta que só têm direito à demarcação os povos que estivessem ocupando a terra na data da promulgação da Constituição — cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito — ou que estivessem, naquela data, em disputa judicial comprovada pela posse.

PERGUNTE À TURMA

Voltem ao verbo do quadro. OCUPAM. A tese lê esse verbo em que tempo?

PAUSE E ESCUTE

Deixe chegarem: a tese lê como se estivesse escrito 'ocupavam em 1988'.

Exatamente. Toda a disputa está aí: a Constituição diz OCUPAM, no presente, e a tese lê como se dissesse ocupavam naquela data específica.

PERGUNTE À TURMA

E agora a pergunta decisiva: e o povo que foi expulso em mil novecentos e setenta, durante a ditadura militar, e que em 1988 estava vivendo na beira de uma estrada?

PAUSE E ESCUTE

Deixe o silêncio. Este é o momento em que a turma entende o problema.

Pela tese do marco temporal, esse povo não teria direito — porque não estava ocupando a terra na data. Ou seja: o critério beneficia exatamente quem conseguiu expulsar antes de 1988.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: A REGRA É NEUTRA NO TEXTO. O EFEITO NÃO É.

Vocês já viram essa estrutura. Aula 07, grandfather clause: a regra dispensava do teste quem tivesse avô eleitor. Nenhuma menção a raça, e o efeito era racial. Aqui: nenhuma menção a expulsão, e o efeito premia quem expulsou.

Vocabulário em inglês

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: TIME FRAME / CUT-OFF DATE · ANCESTRAL LANDS · LAND DEMARCATION · ORIGINAL RIGHTS

Quatro expressões que aparecem em reportagem internacional sobre o tema, e que já apareceram em prova. CUT-OFF DATE é a data de corte — é assim que a imprensa de língua inglesa traduz marco temporal.

58 – 74 min · O CHOQUE ENTRE OS PODERES

Agora o que aconteceu institucionalmente, e vocês vão ver os três Poderes em rota de colisão.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva a linha do tempo: 2009 RAPOSA SERRA DO SOL → 2023 STF REJEITA A TESE → 2023 LEI 14.701 → DISPUTA EM CURSO

Em dois mil e nove, ao julgar o caso Raposa Serra do Sol, em Roraima, o Supremo fixou condicionantes para aquele caso específico, e ali apareceu a ideia de marco temporal.

Em dois mil e vinte e três, julgando um caso do povo Xokleng, em Santa Catarina, o Supremo rejeitou a tese do marco temporal como regra geral, com maioria ampla.

PERGUNTE À TURMA

Resolvido, então?

PAUSE E ESCUTE

Deixe dizerem que sim. Depois desmonte.

Não. Poucos meses depois, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701, de dois mil e vinte e três, que incorporou o marco temporal ao texto legal.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: REAÇÃO LEGISLATIVA

Isso tem nome técnico: reação legislativa, ou superação legislativa. É quando o Legislativo aprova lei em sentido contrário ao que o Judiciário decidiu.

PERGUNTE À TURMA

Isso é golpe? É permitido?

PAUSE E ESCUTE

Deixe discutirem antes de responder.

É permitido, e faz parte do desenho da separação de Poderes. O Congresso pode legislar em sentido diverso, e o Supremo pode depois examinar a constitucionalidade da nova lei. É um diálogo institucional, ainda que tenso.

E é exatamente onde a questão está: com ações no Supremo discutindo a constitucionalidade da lei, e com tentativas de conciliação em curso.

CURIOSIDADE PARA CONTAR · POR QUE UM CASO DE SANTA CATARINA VALE PARA O PAÍS INTEIRO

Chama-se repercussão geral. Quando o Supremo reconhece que uma questão constitucional discutida em um recurso ultrapassa o interesse das partes, a decisão passa a valer como orientação para todos os casos iguais. Foi o que ocorreu no caso Xokleng: uma disputa local sobre uma área específica virou a definição do critério para o país inteiro. É por isso que a imprensa acompanhou um processo de Santa Catarina como notícia nacional.

AÇÃO

Explique a divisão do handout: Bloco 1 e as questões correspondentes agora; Bloco 2 em casa.

74 – 90 min · TRÊS DATAS, UMA TÉCNICA · FECHAMENTO

Vou fechar juntando o que a gente viu no bimestre passado com o que vimos hoje.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva as três linhas: 1850 — quem não comprou não tem · 1881 — quem não lê não vota · 2023 — quem não estava lá em 1988 não tem

PERGUNTE À TURMA

O que essas três regras têm em comum?

PAUSE E ESCUTE

Deixe a turma formular. Se travar, pergunte: alguma delas menciona quem se quer excluir?

Nenhuma. As três estabelecem um requisito formal, aparentemente neutro, aplicável a todos. E as três produzem exclusão dirigida, porque o requisito escolhido é justamente aquele que o grupo excluído não tinha como cumprir.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: ESCOLHE-SE UM REQUISITO QUE O EXCLUÍDO NÃO PODIA CUMPRIR.

Essa é a frase que resume o semestre inteiro. Ela serve para 1850, para 1881, para a grandfather clause americana e para o debate de hoje. É uma ferramenta de leitura, e vocês vão poder usá-la em qualquer regra que encontrarem pela frente.

E reparem no que aconteceu hoje: a gente passou noventa minutos discutindo um verbo. OCUPAM ou ocupavam. Quando eu insisto com vocês na diferença entre Simple Present e Past Perfect, é disso que eu estou falando. Tempo verbal define quem tem direito.

Na próxima aula, o mesmo tema por outro ângulo: o que acontece com a floresta quando a terra é demarcada. E ali vocês vão ver o argumento ambiental e o argumento jurídico apontando, pela primeira vez no semestre, para o mesmo lado.

AÇÃO

Lembre do Bloco 2. Registre no diário quem recebeu material adaptado e colha o recibo.

Se a turma perguntar (respostas prontas)

— Mas se o fazendeiro comprou a terra e tem escritura, ele perde tudo?

Pergunta legítima e frequente. A resposta jurídica: o artigo 231, parágrafo 6º, declara nulos os títulos sobre terras tradicionalmente ocupadas, mas assegura indenização pelas benfeitorias feitas de boa-fé — construções, plantações, melhorias. E há discussão em curso, inclusive legislativa, sobre indenização pela terra nua. O que não existe é o cenário de perder tudo sem qualquer reparação.

— Por que não vale a data de 1988? Toda lei tem uma data de início.

Porque o artigo fala em direitos ORIGINÁRIOS, anteriores ao Estado. Se o direito é anterior, a data de promulgação não pode ser a origem dele. É a diferença entre a Constituição criar o direito e reconhecer um direito que já existia.

— Se o STF já decidiu, por que o Congresso pode fazer lei diferente?

Porque a separação de Poderes prevê esse vaivém. O Congresso legisla, o Supremo controla a constitucionalidade do que foi legislado, e a discussão continua. Isso se chama reação legislativa e é institucional — desagradável para quem quer uma resposta pronta, mas é assim que o sistema funciona.

— Cai no PAS?

Cai. Direitos territoriais indígenas e demarcação aparecem em item de inglês, e a discussão sobre marco temporal é repertório atual e de primeira linha para redação sobre direitos, meio ambiente e conflito federativo.

Se faltar tempo, corte nesta ordem

1. As seis etapas da demarcação podem ser reduzidas a três — estudo, declaração, homologação.
2. A curiosidade sobre repercussão geral.
3. O Alvará Régio de 1680 e João Mendes Júnior, mantendo apenas a expressão direitos originários.
4. O vocabulário em inglês pode ir para casa, desde que CUT-OFF DATE fique registrado no quadro.

Se sobrar tempo

- Escreva no quadro as duas versões do artigo — 'que tradicionalmente ocupam' e 'que tradicionalmente ocupavam em 1988' — e peça que a turma liste quem ganha e quem perde em cada uma. É a atividade que melhor demonstra o peso de um tempo verbal.
- Peça que procurem, em casa, uma manchete internacional sobre o tema e identifiquem como o termo foi traduzido. Costumam achar cut-off date e time frame.
- Se houver tempo, compare o texto da Lei de Terras de 1850 com o do artigo 231. Os dois tratam de ocupação e chegam a resultados opostos.

Lembretes de inclusão

- Entregue a versão adaptada de forma reservada, sem anúncio à turma.
- Para estudantes com DI, ancore a aula inteira na oposição concreta OCUPAM / OCUPAVAM escrita no quadro, com um exemplo humano: o povo que foi expulso e voltou. Dispense a discussão sobre reação legislativa.
- Para estudantes com TEA, avise antes que a aula terá datas e números de artigos; escreva todos no quadro e mantenha-os visíveis. Evite alternar entre 'artigo 231' e 'o artigo' sem retomar o número.

- Para estudantes com TDAH, a linha do tempo dos Poderes é densa: apresente-a no quadro em quatro marcos e volte a apontar para eles a cada etapa da explicação.
- Para estudantes com TPAC, nenhuma data ou número de artigo deve ser dado apenas oralmente.
- Se houver estudante indígena na turma, não o convoque a se posicionar sobre a tese nem a validar informações. O tema é doloroso e a exposição não é atribuição dele.
- Colha a assinatura do recibo e registre no Diário conforme a Resolução nº 1/2017 – CEDF.